



CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMILA DE MORAIS SERRATO

**PERSPECTIVAS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO IFRO - CAMPUS
VILHENA**

VILHENA

2019

CAMILA DE MORAIS SERRATO

**PERSPECTIVAS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO IFRO -
CAMPUS VILHENA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Serviço Social da Faculdade da Amazônia - FAMA, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Esp. Simone Ap. Reis Stein

VILHENA

2019



FACULDADE DA AMAZÔNIA

PORTARIA CREDENCIAMENTO MEC Nº: 3.362, DE 19/10/2004

Mantenedor: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA S/C LTDA-ME - IESA
Rua: Wallisson Junior Amigo, (743), nº 2043 – Cristo Rei Cep:76983456
Vilhena-RO nº (69) 21010850 CNPJ: 04.396.722/0001-05.

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, na sala de defesa de monografias da Faculdade da Amazônia, às 15:00 horas, a acadêmica **Camila de Moraes Serrato**, do Curso de **Serviço Social** dessa Instituição, defendeu o seu TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, com o tema "**Perspectivas do Profissional de Serviço Social no IFRO – Campos Vilhena**" na presença da Banca Examinadora formada pela professora **Esp. Simone Aparecida Reis Stein** (Orientadora e presidente da banca), professora **Eline Bispo** (1º membro) e professora **Elizângela Marinho** (2º membro).

O trabalho foi julgado APROVADA, mediante nota igual a 9,0. E por não haver nada mais a tratar, foi lavrada esta ata que será assinada pelos presentes.

BANCA EXAMINADORA



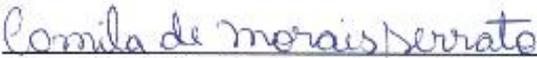
Profa. Simone Aparecida Reis Stein
(Presidente)



Profa. Eline Bispo
(1º membro)



Profa. Elizângela Marinho
(2º membro)



Camila de Moraes Serrato
Acadêmica

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças para continuar e acima de tudo nunca deixar desistir.

Aos meus pais por todo apoio, carinho e amor que me proporcionam. A minha mãe que sempre me apoio em todas as decisões da minha vida, inclusivamente na escolha do curso, tenho certeza que vai estar me acompanhando em mais conquistas da minha vida. Ao meu pai, que mesmo morando distante sempre pude contar com seu apoio, amizade e compreensão.

As minhas irmãs que de alguma forma contribuíram para meu crescimento, estando sempre ao meu lado. E aos meus familiares por toda ajuda.

Aos meus colegas de faculdade que sempre estiveram ao meu lado, compartilhando as angústias, dificuldades e também as alegrias, jamais esquecerão esse tempo!

A minha orientadora que sempre ajudando, ensinando e contribuindo para o desempenho do trabalho. Muito Obrigada!

Sou muito grata a todos que de alguma forma contribuíram e me apoiaram muito durante esse processo. Meu Muito Obrigado!

Dedico essa monografia à minha família, que sempre esteve presente me apoiando em tudo e me ajudando a concluir essa nova etapa da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso reporta sobre o Serviço Social na Educação, as perspectivas desse profissional no âmbito escolar. O objetivo desse trabalho foi compreender sobre a atuação e os desafios do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus – Vilhena no enfrentamento das questões sociais. Para tanto, é necessário identificar o papel do assistente social e seus desafios presentes no cenário contemporâneo do campo sócio ocupacional e discorrer sobre o papel do assistente social e da escola frente às demandas de assistência estudantil. Para alcançar o objetivo proposto, o percurso metodológico traçado foi à pesquisa bibliográfica e o método indutivo. Diante disso, verifica-se que através da pesquisa foi possível compreender que o Serviço Social e as políticas de educação possuem afinidades e uma grande importância no enfrentamento das questões sociais, este é o profissional propulsor para que haja no processo de democratização da escola, na contramão do ideário neoliberal, em que a participação, como categoria social, é o eixo fundamental para a construção de uma nova proposta do papel da escola, do ensino e da educação. No entanto para a efetivação de uma política de educação emancipatória sugere-se a inserção de mais profissionais de Serviço Social, não para só atender as demandas dos programas de assistência estudantil, mas também para realizar outros tipos de intervenções com a equipe multidisciplinar.

Palavras Chave: Serviço Social. Educação. Assistência Estudantil. Equipe Multidisciplinar.

ABSTRACT

The present course conclusion paper reports on the Social Work in Education, the perspectives of this professional in the school environment. The objective of this work was to understand the social worker 's role and challenges at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia Campus - Vilhena in facing social issues. Therefore, it is necessary to identify the role of the social worker and its challenges in the contemporary scenario of the social occupational field and to discuss the role of the social worker and the school facing the demands of student assistance. In order to reach the proposed objective, the methodological course traced was to bibliographic research and the inductive method. Given this, it can be seen that through research it was possible to understand that Social Work and education policies have affinities and a great importance in addressing social issues, this is the driving force for there to be in the process of school democratization, counter-tide of neoliberal ideas, in which participation, as a social category, is the fundamental axis for the construction of a new proposal for the role of school, teaching and education. However, for the implementation of an emancipatory education policy, it is suggested that more Social Work professionals be inserted, not only to meet the demands of student assistance programs, but also to perform other types of interventions with the multidisciplinary team.

Keywords: Social Work. Education. Student Assistance. Multidisciplinary team.

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
CAED	Coordenação de Assistência ao Educando
CBAS	Congresso Brasileiro de assistentes sociais
CEAS	Centro de Ação Social
CEFETs	Centros de Educação, Profissional e Tecnológica
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFRO	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROAC	Programa de Auxílio Complementar
PROAP	Programa de Auxílio à Permanência
PROEP	Programa de expansão da educação profissional
PROMORE	Programa de Auxílio Moradia
PROSAPEX	Programa de Atenção à Saúde e apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	10
2.1.	BREVE RELATO DO SERVIÇO SOCIAL.....	10
2.2.	ABORDAGEM HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	15
3	O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL E A ESCOLA FRENTE ÀS DEMANDAS ASSISTENCIAIS.....	22
3.1	ATUAÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	22
3.2	O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AS DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	24
4	PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO IFRO-CAMPUS VILHENA	29
4.3	HISTORICO DO IFRO-CAMPUS VILHENA	29
4.4	OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO IFRO	32
4.5	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	34
4.6	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	35
5	MATERIAIS E MÉTODOS.....	41
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, ocorre também, a inserção social. Isso se dá pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado pelos indivíduos, depois do âmbito familiar. (TOSTA, 2013, p. 8). É por isso também que a escola é terreno fértil para as expressões da questão social. É um ambiente plural que recebe uma diversidade de alunos em contextos diferentes e realidades distintas. Esses fatores por si só trazem consigo uma gama de demandas que se apresenta como empecilho para o desenvolvimento da criança e para o desenvolvimento do trabalho do profissional de educação, por ter que atuar muitas vezes fora do contexto da sua formação.

Portanto, buscou-se reunir informações com o propósito de responder à seguinte problema de pesquisa: Quais as perspectivas do profissional de Serviço Social, frente as demandas de assistência estudantil?

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho, foi descrever as perspectivas de atuação e os desafios do profissional de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia de Rondônia campus – Vilhena. Relatar sobre o papel do assistente social no cenário contemporâneo no seu campo sócioocupacional e discorrer o papel do assistente social e da escola frente às demandas de assistência estudantil.

Justifica-se a realização desta pesquisa é bastante oportuna, já que no cenário político atual, debate-se sobre a presença deste profissional do âmbito escolar e a alteração do numero de contratações nas instituições onde já existe a atuação do assistente social, sendo que a demanda está limitada aos programas de assistências estudantil, dessa forma, o profissional não consegue intervir com outras diversas possibilidades de intervenções.

Outro motivo da escolha do tema é devido à autora desta pesquisa ter interesse nesta temática por ter realizado estágio supervisionado no âmbito escolar, sendo uma área de interesse de atuação.

Portanto, essa pesquisa visa contribuir como forma de orientação e esclarecimento para que os profissionais das instituições escolares estejam ciente

da importância da participação do assistente social na equipe multidisciplinar da escola, bem como na tomada de decisões de gestores escolares.

Para tanto, a metodologia traçada foi à pesquisa bibliográfica aliada à experiência de estágio supervisionado em Serviço Social que proporcionou uma grande experiência e motivou a realizar essa pesquisa.

E para dar embasamento para a presente pesquisa, o primeiro capítulo começou por contextualizar o surgimento do Serviço Social no Brasil e sua interface histórica com a educação. Assim, buscamos compreender a gênese da profissão dentro das configurações histórica do Serviço Social que se baseava na lógica caritativa e assistencialista, centrada em “segmentos mais vulnerabilizados e empobrecidos da classe operária, especialmente crianças e mulheres”. (RAICHESLLIS, 2006, p. 1). Nesse tópico percebe-se que apesar da aproximação do Serviço Social desde década de 1930, houve uma intensificação maior dessa afinidade, a partir da década de 1990, não somente da ampliação da relação educação e Serviço Social, mas, sobretudo da prerrogativa que abarca as prevenções do risco social, numa lógica de proteção social.

No capítulo seguinte, busca-se coadunar o papel do assistente social e a escola frente às demandas assistenciais, pois, entende-se que a parceria Serviço Social e escola pode contribuir com a problemática social que se apresenta no cotidiano da comunidade escolar alunos, professores, pais seja com encaminhamentos, orientações, informações, projetos de cunho educativo, que possam promover a cidadania, ações e projetos voltados para as famílias, etc. Através de intervenções no contexto familiar, seja em âmbito sócioeducativo, como também de momentos de ensino-aprendizagem e reflexão, em um viés de participação, autonomia e cidadania.

No último capítulo, dedicou-se a escrever sobre perspectiva de atuação do assistente social no IFRO- Campus Vilhena. Começamos discorrendo sobre o histórico do IFRO-Campus Vilhena que está diretamente ligado ao surgimento da rede federal profissional no Brasil.

Sobre a atuação do assistente social no Campus Vilhena percebe-se que a grande demanda que se apresenta ao Serviço Social está centrada na gestão dos programas de assistência estudantil, desde o processo de seleção que ocorre todo início de ano letivo à gestão como verificar alunos: com baixo rendimento; excesso

de faltas; evadidos, entre outros, e tomar as providencias cabíveis, seja no encaminhamento aos profissionais da equipe multidisciplinar ou para rede de atendimento.

Além é claro das concessões de benefícios pontuais para exames oftalmológicos; aquisição de óculos; sessões psicológicas e psiquiátricas e etc. Devido à sobrecarga, que essas atividades expõem o profissional, as demais formas de intervenção, que percebemos nas proposições de diversos autores pesquisados na construção deste trabalho, restam prejudicadas.

Quanto às ações de assistência desenvolvidas no IFRO Campus Vilhena, são oferecidos aos estudantes os seguintes programas de assistência estudantil: Programa de Atenção à saúde e apoio ao ensino, pesquisa e extensão – PROSAPEX; Programa de Auxílio à Permanência – PROAP; Programa de Auxílio Moradia – PROMORE Programa de Auxílio Complementar – PROAC, conforme a Resolução nº23 CONSUP/IFRO 2018.

No que se refere às ações da equipe multidisciplinar do Campus Vilhena, é perceptível que enquanto o pedagogo orientador atua no suporte pedagógico e orientação aos alunos e professor, facilitando o processo de ensino aprendizagem. O psicólogo escolar atua para elucidar, compreender e nos fazer compreender como se dá o desenvolvimento humano, especialmente junto aos adolescentes do campus, buscando evidenciar as possíveis causas do comportamento, que interferem na não efetivação da aprendizagem ou em uma aprendizagem deficitária. Não obstante, a atuação do assistente social, na equipe multidisciplinar do Campus Vilhena, é muito voltada para os programas de assistência estudantil de transferência de renda e tem sido bastante benéfica aos estudantes.

Por fim, no processo de estágio observa-se que dentro do ensino-aprendizagem que a grande relação com a teoria é que a equipe multidisciplinar do IFRO Campus Vilhena está no caminho certo, entretanto, ainda falta muito para que essa equipe possa ter uma atuação efetiva. Pois, a atuação em equipe requer mais planejamento, mais interface entre um profissional com o outro para efetivar mais ações.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Para que possamos discorrer sobre os desafios do profissional de Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Tecnologia e Ciência de Rondônia/IFRO Campus – Vilhena nas políticas educacionais se faz necessário em primeiro lugar, contextualizar a profissão em seu surgimento na realidade brasileira em seus aspectos de intervenção e matéria-prima de trabalho.

Assim, nesse capítulo, a ideia é entender as configurações histórica do Serviço Social que se baseava na lógica caritativa e assistencialista, centrada em “segmentos mais vulnerabilizados e empobrecidos da classe operária, especialmente crianças e mulheres”. (RAICHESLLIS, 2006, p. 1). Em seu surgimento, a profissão não se pautou, portanto, por reflexões teórico-metodológicas, respondendo somente por práticas imediatistas, inspiradas na doutrina social católica (tomismo) e na tradição positivista.

Além disso, apoiava-se em uma lógica psicologizante e individualista no trato da questão social, quase sempre de caráter ético-moral intensificador da ideologia capitalista perante a classe trabalhadora.

2.1. BREVE RELATO DO SERVIÇO SOCIAL

No contexto brasileiro o Serviço Social se inicia a partir da década de 30, uma trajetória que no início era caracterizada como assistencialista com ligação com a igreja católica e o Estado. Uma lenta construção foi se materializando em suas bases materiais, organizacionais e humanas se expandiram nas décadas seguintes.

Historicamente, na época para a igreja manter suas tradições, culturas, dogmas e princípios morais e a desenvolver programas e ações voltados para a formação do laicato, buscam então uma reaproximação com o estado a fim de organizar obras sociais mais abrangentes. Através disso, os assistentes sociais começaram a iniciar suas atividades de caridade e ajuda a sociedade.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais,

articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no 'mundo temporal', nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa. (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

Nesse sentido, os assistentes sociais tinham a prática profissional baseada na caridade e nas ações assistenciais, que naquela época estava pautada em princípios voltados para as doutrinas da religião.

De acordo com Aguiar (2011), em 1932 o Serviço Social era praticado por pequenos segmentos da classe dominante e pela Igreja Católica. O seu início oficial, no Brasil, tem em seu marco o curso intensivo de formação social para moças, promovido pelas cónegas de Santo Agostinho, de 1º de Abril de maio de 1932, que preocupadas com a questão social, fizeram um apelo para a organização de uma ação social. O curso foi promovido pelo CEAS (Centro de Ação Social de São Paulo) sob patrocínio e controle da Igreja Católica. Em 1936, a partir dos esforços desenvolvidos por esse grupo é fundada a primeira escola de Serviço Social no Brasil, a partir deste momento, o Estado começa a solicitar os assistentes sociais para atuarem em determinadas instituições estatais, (AGUIAR, 2011, p.44)

Conforme Aguiar (2011), afirmamos que sob as bases da fundação das três escolas pioneiras no ensino do Serviço Social, a Escola de Serviço Social em São Paulo (1936); Escola do Rio de Janeiro (1937) e a Escola de São Paulo (1938) é montada, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), que teve como objetivo promover a troca de experiências e a adesão a um padrão mínimo de ensino. Esta entidade desempenhou um papel importantíssimo no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil.

A partir dos anos 60 inicia-se o Movimento de Reconceituaçãodo Serviço Social, buscando mudanças em suas formas tradicionais e o rompimento com o agir profissional conservador.

Como aponta,

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constringões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições [...], procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO 2009, p.131).

Desta forma, pode-se afirmar que a Renovação do Serviço Social está ligada com a autocracia burguesa que exigia um agir profissional modernizador e com influência do ocorrido em 1964, o golpe militar, acarretou outras fortes características nesse processo sob a prática profissional. Segundo Netto (2009, p.118), as modalidades que em primeiro momento foram observadas e continuaram sem alterações, se tratam da intervenção do profissional de Serviço Social e a (auto) representações e nesse processo de mudança do tradicionalismo para uma postura modernizadora algumas modalidades continuaram defasadas até os dias atuais.

Tal movimento pautava-se pelas teorias marxistas e por uma nova postura diante da questão social, desvinculando-se do ideário da classe dominante. Nessa perspectiva, o profissional passou a criticar a visão de pobreza, até então tida como natural e a-histórica, reformulando o fazer profissional precedente, fundamentado nas doutrinas da Igreja, do Estado e da burguesia. Esses pressupostos,

[...] provocou o redimensionamento das abordagens em torno do Serviço Social, exigindo dos profissionais dessa área novas respostas. [...] um projeto inovador e crítico, fundamentado em três dimensões essenciais para o domínio crítico da profissão, atribuindo-lhe *status* de competência profissional, a saber: as competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. (IAMAMOTO, 2011, p.76).

Segundo a mesma autora, na primeira competência, destaque-se o papel do assistente social como responsável por analisar, criticamente, as relações sociais entre Estado, capital e trabalho, sustentado nas contradições e antagonismos, engendrados pelo próprio modelo de produção. Exige, pois, que o profissional do Serviço Social tenha uma reflexão crítica e um posicionamento político ideológico diante dos embates apresentados na realidade, eximindo-se, com isso, de uma postura neutra. (IAMAMOTO, 2011).

Na segunda, destaque-se a qualificação do assistente social como conhecedor da realidade que se apresenta social, política, econômica e culturalmente. Esse profissional precisa ter um conhecimento profundo da teoria e da metodologia de sua área, com o objetivo de tornar mais eficazes as políticas construídas para enfrentar as manifestações da questão social. (IAMAMOTO, 2011).

Na terceira e última competência, salientem-se,

[...] as habilidades técnicas e instrumentais do profissional, que lhe permitem criar e desenvolver ações interventivas e transformadoras, em conjunto com a população, com o Estado e com outras instituições. Tais competências não podem ser desenvolvidas isoladamente, sob o risco de promover a despolitização do Serviço Social, tendência que marcou o passado histórico da profissão. (IAMAMOTO, 2011, p.82).

Nesse sentido, as inter-relações nos diversos campos de atuação, “instrumentalizam as mediações que permitem a passagem das análises universais às singularidades das ações profissionais”. (SOUSA, 2008, p.120), objetivando a conquista dos direitos e, por conseguinte, a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

A partir da década de 1970, após a renovação do Serviço Social se inicia a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social, com o Congresso da Virada realizado no III CBAS em 1979 em São Paulo, a categoria rompeu com o tradicionalismo profissional apresentando um novo conceito para a profissão. Vinculado com as transformações da sociedade em si e suas relações com as demandas de serviços sociais, desencadeia para o exercício profissional de Serviço Social um olhar atrelado aos valores, autonomia da autoimagem, normas para serem seguidas para os assistentes sociais além do vínculo com usuários colocando como atividade fundante os projetos societários.

O projeto ético político não se objetiva num papel – não é um documento - é um valor que norteia o exercício profissional do assistente social, o projeto não está escrito. Por exemplo, os parâmetros para atuação do assistente social na saúde que é um documento palpável, o projeto profissional não é assim. O projeto profissional é fruto da expressão movimento político da categoria pela democratização da sociedade, ou seja, se expressa processualmente quando segmentos da categoria passam a orientar sua atuação contra o projeto conservador do Serviço Social e também contra o projeto societário conservador que é submisso às determinações do capitalismo. (AVILLA, 2017, p.56).

Deste modo, podemos salientar que não se trata de um Projeto expressado em papel, e sim, regulamentado pelo uma vasta luta da categoria pelas suas transformações a cerca de um projeto inovador e não submisso a suas expectativas conservadoras. E com a regulamentação do novo Código de Ética de 1993 do Serviço Social depois de muitas lutas significativas, desencadeia um valor mais completo na profissão. Apresentando princípios que expressam o projeto ético-político do Serviço Social, responsáveis por direcionar o saber e o fazer da

profissão, tendo a liberdade como eixo fundamental do ser social. (IAMAMOTO, 2011, p. 24). Em consonância com tais princípios, o projeto profissional assume, na atualidade, compromisso com a cidadania, com a efetivação dos direitos humanos e com a recusa dos preconceitos, contemplando o pluralismo das correntes teóricas.

Tal dimensão política coloca-se a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais. Ressalte-se, também, a defesa da ampliação e consolidação da cidadania para a garantia dos direitos sociais, civis, políticos, econômicos e culturais das classes trabalhadoras, com um perfil radicalmente democrático.

Do ponto de vista profissional, os princípios éticos têm compromisso com a competência, base do aprimoramento intelectual do assistente social e com a formação acadêmica qualificada, que o capacita a promover a análise concreta da realidade social permeada por uma postura investigadora. (ABEPSS, 2004, p. 73).

Nesse sentido, Netto (2009) argumenta que os princípios éticos e a postura investigativa no âmbito da profissão faz com que:

[...] surge o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, incluindo a publicitação dos recursos institucionais (instrumento necessário à democratização, universalização e participação dos usuários), convocando-os à participação nas decisões institucionais. O empenho ético-político dos assistentes sociais, porém, somente se potencializará se advier de uma articulação com outras categorias e com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores. (NETTO, 2009, p.35).

Diante das perspectivas apresentadas até o momento, nota-se que a atuação do assistente social no contexto brasileiro se norteia com as lutas da classe respectivamente nos anos passados e essas novas bases que fortalecem a profissão se faz o profissional de Serviço Social.

Pois, os princípios que norteiam a profissão representam a defesa intransigente dos direitos, visto que, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a brasileiros e estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (BRASIL, 2009, p. 23).

Nesse aspecto, Nogueira Neto (2005) afirma que o assistente social é chamado a consolidar a cidadania: “É ele o elo mais forte entre o indivíduo e os seus

direitos humanos fundamentais”. Já Barroco (2004), elucida que “o Código de 1993 é o primeiro Código de Ética do Serviço Social a explicitar o compromisso ético-político com os direitos humanos”. Desta forma, compreendemos que o código de ética do Serviço Social representa a mais valiosa ferramenta de trabalho do assistente social, pois, baliza a atuação e coloca a profissão em evidencia no trato com a questão social em defesa dos direitos dos indivíduos.

2.2. ABORDAGEM HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O debate sobre a educação é de suma importância para a sociedade em seus múltiplos aspectos, qualidade do ensino, qualificação dos profissionais, métodos de aprendizagem entre outros. No entanto para além das questões educacionais rotineiras outros temas e problemática tem permeado a política de educação necessitando de um debate mais amplo sobre questões sociais como: violência, uso e abuso de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas e violência doméstica. Essas e outras temáticas têm demandado a inserção de novas profissões no contexto escolar comprometidas com a inclusão e preocupação com o social. Profissões que antes não sofriam no seu fazer profissional suas consequências, agora se deparam com essa realidade cotidianamente e buscam compreender melhor seus fenômenos.

Para o Serviço Social, essas expressões da questão social no âmbito educacional abrem um novo campo de discussão para a ação profissional. Segundo os autores:

[...] o Serviço Social adquire um novo estatuto a partir da posição do novo paradigma. É justamente através dessa apropriação que as ações profissionais encontram um novo espaço para a discussão. [...] construir essa nova posição do Serviço Social impõe colocá-lo no âmbito da discussão interdisciplinar. (NOGUEIRA; MIOTO, 2006, p.50).

Assim, refletir sobre a prática do Serviço Social, e suas possibilidades de contribuição junto à política de educação, torna-se um exercício permanente. Pois, a origem da relação entre Educação e Serviço Social, nos remete a uma articulação que começa a ocorrer no Brasil em meados de 1930, mais precisamente em 1936, quando se instala a primeira escola de Serviço Social. (CFESS, 2011).

Desta forma, fica evidente que essa relação tem seus constitutivos nos processos sócios históricos da profissão e da própria política de educação, visto que,

[...] as desigualdades, as expressões da questão social como objetos de intervenção do Serviço Social demarcam as políticas de educação não somente contemporâneas, mas históricas. Assim, percebe-se um dualismo perverso das escolas públicas brasileiras como uma aprendizagem que satisfaz necessidades mínimas, com uma visão restrita de competências básicas e reduzida a noções mínimas, apontam para essa perspectiva. (LIBÂNEO, 2012, p. 25).

Ou seja, o Serviço Social e profissionais da Educação possuem uma história de parceria no enfrentamento das questões sociais e, mais do que isso, possuem um caminho de diálogo a ser construído,

[...], pois se o “dualismo” perpassa as escolas brasileiras, local onde, por excelência, se adquire o “conhecimento”, logo, a emergência de profissionais do Serviço Social nessas políticas, intervindo diretamente nas expressões da questão social, pode otimizar o dualismo e possibilitar melhor aquisição do conhecimento. (LIBÂNEO, 2012, p.78).

No entanto, deve-se ficar claro que apesar dessa afinidade de enfrentamento e de exposição aos efeitos da questão social, o Serviço Social na Educação no período de 1930 a 1990, se revela somente como precedentes à emergência do Serviço Social nessa política. Pois, a intensificação dessa relação veio a partir de 1990, visto que, de acordo com CFESS (2001) “[...] é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção do Serviço Social na área da Educação”. (CFESS, 2011, p. 5).

Porém, entender os pressupostos históricos que precedem a emergência do Serviço Social nessa política é fundamental para entendermos todas as nuances política e social que envolve Serviço Social e Educação. Assim, adentrar na realidade da década de 1930, quando a Educação e o Serviço Social iniciam um diálogo, implica saber que esse período foi “um divisor de águas na história do país”. (CARVALHO, 2002, p. 87). Nessa perspectiva,

Durante esse tempo, percebe-se uma forte repressão do Estado ao movimento proletário que se organizava. No campo político, o clima era fértil

em pressões sociais pela melhoria da educação pública, bem como para a formação dos trabalhadores. Destacam-se o Manifesto dos Pioneiros (1932) e o movimento da educação nova, apontando para a necessidade de um Sistema Educacional Público. (Krawczyk, 2012, p.78).

Embora, a educação estivesse presente na agenda política, a partir de 1930, a devida preocupação com a mesma não se traduziu em projetos que norteassem os estados da federação, tampouco em práticas políticas. Tanto que as promessas de expansão de ensino técnico foram reduzidas e transferidas para a iniciativa privada. (KRAWCZYK, 2012, p.46).

Enquanto o Estado se isentava das responsabilidades, os movimentos sociais pressionavam para que o ensino fosse para todos, independentemente de classe social. O Serviço Social nessa época ainda vivia sob a tutela das doutrinas da igreja católica e do conservadorismo, “o Serviço Social [...] é mobilizado a trabalhar com a formação doutrinária e com os problemas sociais de forma apaziguadora”. (IAMAMOTO, 2011). Nesse sentido, percebe-se que a trajetória do Serviço Social no Brasil, mediante um Estado paternalista, “foi fator condicionante da montagem de um sistema de instituições sociais que propunham solucionar os problemas através de programas assistenciais de caráter imediatista”. (CBCISS, 1986, p. 24).

Nessa perspectiva histórica vivenciado pelo Serviço Social denominado “conservadorismo”, as ações, desenvolvidas por tais profissionais, eram favoráveis à manutenção da ordem capitalista. (IAMAMOTO, 2011, p. 25).

A esse respeito podemos destacar uma obra interessante que referendava as interfaces entre Educação e Serviço Social, produzida por Maria Tereza Guilherme, Serviço Social Escolar, publicado em 1945 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em que se identifica a perspectiva da unidade família, Igreja e Estado. A autora destaca como atribuição do Serviço Social no espaço da escola, “curar e prevenir desajustamentos, contribuir com eficiência em todos os setores escolares para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança, [através de] métodos adequados”. (GUILHERME, 1945, p. 79). Reafirmando a lógica do ajustamento e dos bons costumes, onde a culpa é designada do sujeito,

Não obstante, destacamos o que diz Amaro (2011), ao relatar sobre a institucionalização do Serviço Social escolar no Brasil.

Ele destaca que:

O mais antigo registro de que temos conhecimento do Serviço Social educacional remete ao estado do Rio Grande do Sul, quando foi implantado como serviço de assistência escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946, por meio do Decreto n. 1.394. Nesse serviço, os assistentes sociais eram chamados para intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social. (AMARO, 2011, p. 19).

Ao comentar inserção de assistentes sociais no espaço escolar, no estado de Pernambuco, Souza (2005) declara que:

[...] a ação profissional estava voltada para resolver problemas como evasão, repetência, desmotivação, dificuldades nos relacionamentos, absenteísmo às aulas e demais desconfortos escolares. E a exigência ao profissional era que o mesmo ajustasse os desajustados, ajudasse os necessitados, integrasse os alunos à sociedade. (SOUZA, 2005, p. 34).

Destarte, percebe-se em razão das obras produzidas citadas acima, que no percurso da gênese do Serviço Social (1936) até meados de 1970, se perpetua de um modo geral ações conservadoras em todos os âmbitos da atuação profissional. Ou seja, a intervenção do Serviço Social no espaço educacional seguia a “lógica desenvolvimentista voltada para a preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital”. (AMARO, 2011, p. 19). Contribuindo com práticas conservadoras á lógica do sistema capitalista.

Essas concepções do Serviço Social da época, no âmbito educacional, eram tão destoantes do projeto ético político atual que o processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro representou um período ímpar, pois, propiciou maior aproximação aos movimentos sociais e a perspectivas teóricas críticas. Os debates se ampliaram no interior da categoria profissional, abrangendo todos os espaços sócio ocupacionais, sendo possíveis visualizações e iniciativas de mudanças (IAMAMOTO, 2011).

Iamamoto (2008) ainda defende que:

As aproximações realizadas pelo Serviço Social (1970 e 1980) com as matrizes teóricas que destacavam os movimentos sociais, as lutas de classes e a “questão social” enquanto categorias de análises fundamentais para a com-preensão da realidade social fazem com que — a partir da década de 1990 — tais temas sejam estudados com maior densidade por meio de um conjunto de tendências teórico-metodológicas na direção da tradição marxista. (IAMAMOTO, 2008, p.78).

Assim, retomando a interface Educação e Serviço Social, podemos dizer que década de 1980 e início dos anos 1990 ambos perpassavam por um processo de reconfiguração. E essas características de lutas por universalidade do ensino aproximam a política de educação dos anseios e projeto ético político atual da profissão. Nesse sentido, “o campo educacional torna-se, hoje para o assistente social, não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado”. (ALMEIDA, 2000, p. 74). Proporcionando uma ampliação dos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social e contribuindo para a consolidação do Serviço Social na educação.

Assim sendo e, após contextualizar historicamente o Serviço Social na educação, podemos afirmar que a emergência do Serviço Social nas políticas de educação se destaca pela afinidade existente dessas políticas com temáticas referentes à proteção social, riscos sociais, vulnerabilidade social, seguridade, programas e benefícios assistenciais.

A esse respeito, o CFESS (2011) destaca que:

A educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história. Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira. (CFESS, 2011).

Nessa perspectiva, essas lutas sociais tornaram-se de grande importância para o reconhecimento das políticas públicas, possibilitando a todos os direitos que estão prescritos na Constituição de 1988, entrelaçada com as relações de interesses de classes, foram construindo bases que norteiam a profissão.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevista na Constituição Federal de 1988, vem para reafirmar e regulamentar o direito à educação estabelece as bases

da mesma, representa a conquista de um direito social dos indivíduos. Segundo o Art.1º:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996).

Diante do exposto em 2001, o Conselho Federal de Serviço Social cria um grupo de estudos em Serviço Social que começaram a discutir sobre a área e as formas de atuação do assistente social nessas perspectivas: baixo rendimento escolar; evasão; desinteresse na escola; vulnerabilidade a drogas entre outros. E a partir disso foram surgindo novos encontros nacionais do CFESS-CRESS e a cada encontro novos parâmetros eram analisados.

O objetivo foi contribuir com o processo de discussão que se configurava no cenário nacional. Neste documento, se problematizou a função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a assistente social. Incorporou também o parecer jurídico número 23/2000, da Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio. (CFESS, 2001).

E assim, foi se consolidando dois pontos importantes. Em primeiro lugar o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, em que pese à dimensão socioeducativa de suas ações, tem que ser no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócios institucionais voltados para o reconhecimento e aplicação dos direitos dos sujeitos sociais. (SANTOS, 2012, p.55). E, a inserção de profissionais do Serviço Social nas políticas de educação não visa somente “identificar um nicho de mercado inexplorado ou potencialmente viável” à categoria do Serviço Social. Ao contrário,

[...] trata-se, antes de tudo, de um campo de intervenção do Estado e de uma dimensão da vida social, que hoje se coloca como estratégia na sociedade contemporânea, seja para a afirmação de um projeto societário vinculado aos interesses do capital, seja para a ampliação e integração das

lutas no que diz respeito à conquista de direitos e enfrentamento das desigualdades. (ALMEIDA, 2000, p. 24).

Ou seja, devemos ampliar o conceito de educação compreendendo-a como uma política social que tem o compromisso de garantir direitos sociais e que precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade. Ademais, podemos dizer que o presente tópico nos proporcionou estudar de maneira pontual e objetiva a constituição histórica das relações entre Serviço Social e Educação, onde, pode-se perceber que ocorreram significativas mudanças de ênfase nas racionalidades políticas e nas formas de intervenção ao longo do último século. (ALMEIDA, 2000).

Ainda que o debate sobre as proteções sociais e o combate às desigualdades seja constante, pode-se notar que há uma intensificação a partir da década de 1990, não somente da ampliação da relação Educação e Serviço Social, mas, sobretudo da prerrogativa que abarca as prevenções do risco social, numa lógica de proteção social. Portanto, as mudanças nas modalidades de articulação entre as duas áreas, sobretudo no âmbito das políticas de educação, reforçam uma leitura aproximada das mudanças na própria questão social. De fato, conforme pontuado no decorrer deste estudo, a inserção do Serviço Social na Educação é um espaço que necessita ser desvelado, no sentido de compreender as nuances dessa inserção, contribuindo para consolidar de fato o Serviço Social na Educação. (ALMEIDA, 2000).

3 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL E A ESCOLA FRENTE ÀS DEMANDAS ASSISTENCIAIS.

Nesse capítulo a ideia é coadunar o papel do assistente social e a escola frente às demandas assistenciais, pois, se entende que a parceria Serviço Social e escola pode contribuir com a problemática social que se apresenta no cotidiano da comunidade escolar alunos, professores, pais seja com encaminhamentos, orientações, informações, projetos de cunho educativo, que possam promover a cidadania, ações e projetos voltados para as famílias, entre outros.

Buscando atingir a criança e o adolescente de forma integral, através de intervenções no contexto familiar, seja em âmbito socioeducativo, como também de momentos de ensino-aprendizagem e reflexão, em um viés de participação, autonomia e cidadania.

3.1 ATUAÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Ao pensar sobre a atuação do assistente social na escola o CFESS (2001) entendeu que o Serviço Social na educação é a garantia de direitos, que nos remete a temas que pairam sobre a nossa realidade social, política, econômica e cultural, porém nem sempre identificados no nosso dia a dia dentro das escolas, ficando longe das Políticas Educacionais. Contribuindo na identificação dos fatores sociais, culturais e econômicos, pois são os campos que mais atingem o processo educacional no contexto atual, como evasão escolar, atitudes e comportamentos agressivos, baixo rendimento escolar, de risco, etc. Dessa forma, necessita de uma equipe multidisciplinar, para o trabalho em conjunto (educadores, assistentes sociais, psicólogos, entre outros), como também da família e apoio governamental, possibilitando uma ação mais efetiva.

Outras formas de contribuição dos assistentes sociais é o encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais, que por muitas vezes são necessários aos alunos da rede pública que possuem dificuldades financeiras, que de tal forma contribui para a efetivação dos seus direitos sociais. Assim sendo, a atuação do profissional de Serviço Social se caracterizará em articular as diferentes formas de

organização, sempre presente sua leitura/diagnóstico, analisando suas dificuldades ou necessidades. O profissional trará para a realidade escolar os elementos em que a comunidade está inserida. (CFESS, 2001).

No contexto atual do sistema de ensino, mostra-se insuficiente ao que se refere em questão de vagas para o atendimento de crianças e adolescentes, porém, há também o grande desafio na melhoria da qualidade do ensino.

Existem várias dificuldades a ser trabalhado dentro do contexto social, como o baixo rendimento escolar, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, não sendo problemas exclusivos do âmbito escolar, porém, são enfrentados pelo educando e sua família.

Conforme o Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, do Conselho Federal de Serviço Social, que está dentro do Artigo Serviço Social na Escola, o Serviço Social é de caráter técnico científico de nível universitário, regulamentado pela Lei 8662/93, e, portanto, para atuar com o Serviço Social Escolar, caberá desenvolver atividades técnicas profissionais, outras funções:

- a) Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; b) Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; c) Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; d) Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; e) Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; f) Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; g) Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, não especificadas acima. (CFESS, 2001).

Nesse sentido, estas funções citadas no parecer demonstram que existem vários segmentos para a contribuição do assistente social no campo educacional, demonstrando a necessidade do profissional de Serviço Social dentro do contexto escolar, integrando assim a equipe de profissionais da educação na constituição do direito à educação pública, atuando nas políticas de inclusão social das crianças e adolescentes em idade escolar. Porém, há indicação de três grandes dimensões de

intervenção: A escola e o espaço social a que pertence; a escola como espaço de inclusão social e a escola como instância de gestão democrática. A escola e o espaço social a que pertence, tem assumido um caráter significativo dentro das classes trabalhadoras, sendo travados grandes desafios como articular o conhecimento, com a realidade existente dentro da nossa sociedade, influenciando o sujeito a aprender intervir na realidade. (CFESS 2001).

De acordo com o CFESS, a escola como espaço de inclusão social:

Se apresenta como um grande desafio a ser enfrentado pela escola pública, pois será Inclusiva quando garantir Universalidade e qualidade em seu atendimento e prestação de serviços. A escola enquanto equipamento social deve ser atenta as diversificadas formas de exclusão, desde violência até atitudes discriminatórias (de etnias, sexo, gênero, classe social entre outras.)(CFESS, 2001).

Podendo ser desenvolvidos vários projetos especificamente para cada região ou mesmo unidade escolar, que visam discutir a discriminação, exploração sexual, portadores de necessidades especiais, enfim, todos articulados com a rede assistencial do município.

É nesse contexto que se insere o profissional de Serviço Social, que atuará com as organizações existentes, como programas sociais de apoio à família, educação complementar e conselhos tutelares, tudo em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

É nesse campo que insere o assistente social, na Política de Educação, pois será uma parceria que somará esforços na busca de soluções para alguns problemas reconhecidamente instalados na educação Pública, como o direito ao acesso e permanência do aluno na Escola, através de praticas emancipatorias que vão além de resoluções de problemas no ambito escolar.

3.2 O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AS DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Refletir sobre o papel da escola frente ás demandas assistenciais/sociais significa pensar antes de tudo, sobre os significados e significantes que a escola representa para sociedade.

A esse respeito, Moreira e Candau (2003) defende que a contribuição da escola não está apenas, e exclusivamente, relacionada ao saber científico, onde se visa à construção e desconstrução do conhecimento. Está relacionada também com a cultura, e esta por sua vez, possui um fator importante, pois é através dela que conhecemos a história, a cultura e a ideologia de um país, lugar, grupo ou sociedade.

Deste modo, a escola proporciona aos indivíduos o respeito ao que é “diferente”, evitando atos de preconceitos. Ou seja, promove meios educativos que prepara a criança para futuramente viver no mundo social adulto.

Nessa perspectiva autores como Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p.994), defendem que:

A escola é uma organização em que tanto seus objetivos e resultados quanto seus processos e meios são relacionados com a formação humana, ganhando relevância, portanto, o fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas que nela têm lugar.

De forma contundente Canivez (1991, p.33) mostra que a escola passa a ser o espaço social, depois da família:

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra.

Essa compreensão da função social da escola nos permite vislumbrar qual o papel da escola no tocante às demandas sociais/assistenciais. Pois, de acordo com Viera et al (2010) a escola é uma instituição onde ocorre a inserção social e que o direito a educação é universal.

Sendo assim, torna-se um lugar onde não deve possuir qualquer tipo de discriminação e/ou preconceito, o que faz com que este seja um espaço onde há uma diversificação cultural. Pois, ali estão presentes todos os tipos de classes sociais, raças, etnias, religiões, gênero, orientação sexual, entre outros. (VIERA et al, 2010).

É sabido, pois, que com o advento da Constituição Federal de 1988, a

criação LDB, e outras reformas que houve na histórica da educação do país, a educação tornou-se um direito a todos, sem restrição. E não mais um espaço apenas para os privilegiados.

Portanto, esse acesso universal possibilitou, conforme defende Gomes (1999), que pessoas com diferenças culturais possam conviver de forma democrática, contribuindo para a construção de valores. Isso faz com que seja necessário conviver com diferentes realidades, onde se apresentará várias demandas sociais a serem analisadas e confrontadas. São as chamadas expressões da questão social, que também estão inseridas no âmbito escolar.

A esse respeito, temos as ponderações de Iamamoto (2011) trazendo um dos conceitos do que seria a questão social, no qual a autora relata que:

Expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2011, p. 160).

E de fato, diante de tais desigualdades temos no ambiente escolar muitas demandas sociais entre elas estão: o preconceito, a discriminação, desobediência, intolerância, evasão escolar, violência escolar, bullying, ente outros.

Nesse sentido, Silva e Ristum (2010) e Oliveira e Barbosa (2012) pontua que um dos fenômenos mais recorrentes no cotidiano da escola, a violência escolar e o bullying, respectivamente.

Em estudo aprofundado, pondera que:

[...] tais comportamentos são usualmente voltados para grupos com características físicas, socioeconômicas, etnia e orientação sexual específicas, ou seja, aqueles que são considerados “diferentes” por determinado grupo ou pessoa em particular. Entre eles estão: os obesos, os negros, os estrangeiros, homossexuais, filhos de homossexuais, os de baixa estatura, entre outros. As causas deste fenômeno são diversas e não estão apenas voltadas para a questão econômica, social ou cultural, existem fatores como o temperamento do indivíduo, a família, a comunidade, os colegas e até mesmo da própria escola que influenciam no comportamento violento das crianças e adolescentes. (SMITH, 2002, p.89)

Essas questões sociais são demandas inerentes ao ambiente escolar e que devem ser tratadas com prioridade e respeito, pois afeta não somente o aluno se

estende pra família e comunidade. São atitudes e ações de desrespeito e preconceito com o ser humano, porque estamos vivendo na época da diversidade cultural, então, tais pensamentos são desumanos e discriminatórios, visto que todos têm o direito de ir e vir, e de se expressar da forma que se sintam bem. E a escola é o ambiente ideal para tratar essas questões, pois são ali que os indivíduos crescem e passam maior parte do tempo, da vida.

Por isso defende-se que o papel da escola é lidar com essas situações, e lidar com sabedoria, pois o ensinamento não pode ser por meio da coerção, até porque a sociedade já o faz assim, deve ser tratado com bastante entendimento, com estratégias. Através de uma estrutura organizada e eficaz para atender a todos. E, quando se fala aqui em estrutura, não quer dizer, somente o espaço físico, mas sim, a equipe de profissionais atuantes, pois estes são quem fazem a diferença na formação do cidadão. Visto que tais, demandas não devem ser visualizadas como um problema interno, e sim, como um problema para além dos muros da escola.

Pois, as demandas sociais que apresenta no contexto escolar raramente tem sua origem na própria escola. É comum que essas problemáticas vêm com o indivíduo das suas vivências fora da escola. Por isso defende-se que uma escola não deve ser composta somente por professores e administrativos, visto que, o ensino aplicado aos alunos dentro da escola não é o suficiente para mudar a convivência em sociedade, é preciso muito mais do que isso, pois atrás dos muros da escola existe um mundo muito amplo com ideologias próprias, pronto para repassar seus valores e preparado para adequar os indivíduos conforme o seu interesse. (SCHNEIDER, HERNANDORENA, 2012).

Por isso é preciso pensar em como alcançar esses alunos também fora da escola. E são com a inclusão de profissionais adequados somando no ambiente escolar que podem ser realizados essas intervenções, dentre os quais destacamos: pedagogo, psicólogo, assistente social, enfermeiro e etc.

Não há dúvida que a escola tem um papel fundamental na formação de crianças e adolescentes. Entretanto, para que isso aconteça, basta somente ter uma boa educação interna, no âmbito escolar? Seria o suficiente para ter uma sociedade melhor e mais justa? Ou seria necessário que esta aprendizagem fosse além dos muros da escola, alçando principalmente a família dos alunos? Estas, entre outras

perguntas se fazem necessárias para uma boa reflexão sobre o papel da escola, e sobre obter um melhor resultado na educação.

A partir desses questionamentos, entendemos que, um dos papéis mais importante da escola é alcançar o ambiente familiar, ou seja, estabelecer parceria família/escola, pois, a família tem o papel mais importante na formação/educação da criança ou adolescente, porque sempre estiveram presentes em suas vidas, desde os primeiros anos de vida. Muitos pais e/ou responsáveis legais, acham que sua participação na escola é somente comparecer às reuniões para pegar o boletim escolar, não sabendo que é primordial seu interesse no desenvolvimento escolar e pessoal do filho. (BARROSO, 2005).

Nessa perspectiva, deve-se preponderar a ideia de que a educação não é apenas responsabilidade da escola, engloba também o Estado, a família e a sociedade, pois juntos devem trabalhar em prol da formação do indivíduo. Diante disso, a escola precisa se preocupar também com o convívio do aluno fora das instalações escolar, procurando elaborar ações que envolvam um trabalho coletivo entre todos os responsáveis pela educação. Nesse sentido, percebe-se que é fundamental a atuação do assistente social para conhecimento da realidade social em que os alunos e suas famílias estão inseridos. (BARROSO, 2005).

4 PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO IFRO-CAMPUS VILHENA

4.1 HISTORICO DO IFRO-CAMPUS VILHENA

O IFRO campus Vilhena tem seus antecedentes históricos ligados à história da rede federal de educação profissional, que no Brasil surgiu em por volta do ano de 1809, quando são criados, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, os Colégios de Fábricas, logo após a suspensão da proibição de funcionamento das indústrias manufatureiras em terras brasileiras. De acordo com Aranha (2006),

[...] essas instituições eram destinadas a ensinar ofícios aos órfãos que chegavam ao Brasil com a comitiva real e aprendiam com artífices que também vieram de Portugal. O ensino não ocorria em escolas, mas nos próprios locais de trabalho, como cais, hospitais, arsenais militares e da marinha. (ARANHA, 2006).

O Parecer CNE/CEB Nº 16/99, expõe que a partir da 4ª década do século XIX foram criadas várias instituições, eminentemente privadas, e sociedades civis para atender os menores abandonados, com o propósito de diminuir a criminalidade, dentre elas, as “Casas de Educandos e Artífices” em capitais de província, sendo a primeira delas em Belém do Pará. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, dentre outras.

Nada obstante, o Decreto Imperial de 1854 criou os estabelecimentos especiais para menores abandonados, os chamados “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos”, onde os mesmos aprendiam as primeiras letras e eram encaminhados às oficinas públicas e particulares, mediante contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos. (BRASIL, 1999).

Nessa perspectiva, pode-se entender que a educação profissional no Brasil, nesse período histórico era revestida de uma visão assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias.

O Parecer CNE/CEB Nº 16/99 ainda traz um dado importante de que após a proclamação da República, em 1906, o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Consolidado em uma política de base com incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola.

Nessa perspectiva,

[...] em 1909 foi criada então, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que teve seu início marcado com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, criadas pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, sendo essas, as precursoras das escolas técnicas estaduais e federais, que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs). (BRASIL, 1999).

Essas escolas de Aprendizes e Artífices, de acordo com as Diretrizes da Educação Profissional (BRASIL, 2010), foram criadas para suprir a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sobrevivência dos “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no decreto nº 7.566, assinado por Nilo Peçanha no ato da criação dessas escolas.

Conforme consta no Histórico da Rede Federal, (BRASIL, 2007, p. 04) o Congresso Nacional sancionou o Projeto de Fidélis Reis, em 1927, que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país. Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

Mais tarde, a Constituição Federal de 1937 passou a tratar especificamente de ensino técnico profissional e industrial, estabelecendo no seu artigo 129:

Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937).

Diante da consagração do ensino técnico profissional e industrial na Constituição Federal de 1937, no mesmo ano, foi assinada a Lei nº 378/37 que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

De acordo com o Histórico da Rede Federal (BRASIL, 2007, p. 05) no ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensifica a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

Ainda, conforme destaca o Histórico da Rede Federal (BRASIL, 2007, p. 07) em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs: “levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro”. A referida lei reformulou a rede federal de ensino tecnológico de acordo com cada realidade e condições.

Nessa perspectiva, em 1997 o Decreto nº 2. 208 regulamentam a Educação Profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Não obstante, na primeira década do século XXI é marcado pela profunda reformulação da Rede Federal. Além da implantação de novas unidades de ensino, a Lei 11.892/08 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo em que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), muitos dos quais são o resultado da junção de Escolas Técnicas Federais pré-existentes, que passam a integrar uma única autarquia.

Hoje, a Rede Federal está presente em todo o território nacional e presta um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. E é nesse contexto histórico que o Campus Vilhena do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia IFRO está inserido. Localizado a cerca de cinco quilômetros do centro da cidade de Vilhena, no extremo Sul do Estado de Rondônia possui características de campus urbano, sua especialidade é a oferta de cursos industriais ou de docência em áreas técnicas. O campus conta no ano de 2017 com 789 alunos, 64 docentes e 50 técnicos-administrativos. (RONDÔNIA, 2018).

O Campus Vilhena entrou em funcionamento no segundo semestre de 2010, oferecendo os cursos técnicos subsequentes em Edificações, Eletromecânica e Informática. A partir de 2011, os mesmos cursos também foram ofertados de forma integrada ao Ensino Médio. Além dos cursos técnicos de nível médio, o Campus Vilhena enveredou-se pelo oferecimento de cursos de graduação, implantando o curso de Licenciatura em Matemática em 2012 e o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no primeiro semestre de 2016. Em 2017 deu-se início ao Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e no ano de 2018 iniciou o Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências e Matemática. (RONDÔNIA, 2018).

4.2 OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO IFRO

A atuação do assistente social no campo educacional pressupõe diversas possibilidades de intervenção, pois, é no interior da escola, no cotidiano dos alunos e de suas famílias, que se configuram as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, etc.

Partindo desse pressuposto,

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio. (ALMEIDA, 2000, p.74).

Desta maneira, o Serviço Social na escola, deve contribuir para com ações que tornem a educação como uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais.

No IFRO campus Vilhena, durante o período de estágio supervisionado, observou-se diversas situações de trabalho do assistente social, junto ao supervisor de campo. Notou-se que a grande demanda que se apresenta ao Serviço Social

está centrada na gestão dos programas de assistência estudantil, desde o processo de seleção que ocorre todo início de ano letivo à gestão: como verificar alunos: com baixo rendimento; excesso de faltas; evadidos, entre outros, e tomar as providências cabíveis, seja no encaminhamento aos profissionais da equipe multidisciplinar ou para rede de atendimento.

Além é claro das concessões de benefícios pontuais para exames oftalmológicos; aquisição de óculos; sessões psicológicas e psiquiátricas e etc. Devido à sobrecarga, que essas atividades expõem o profissional, as demais formas de intervenção, é perceptível nas proposições de diversos autores pesquisados na construção deste trabalho, restam prejudicadas.

Autor como Martins (1999) defende, por exemplo, que umas das ações precípua do assistente social na escola são “intervir na família, através de ações ou de trabalhos de grupo com os pais, mostrando a importância da relação escola-aluno-família”. Poderíamos incluir ainda ações educativas juntos a movimentos estudantis no sentido de favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (como os conselhos de classe), bem como fortalecer as ações coletivas dos estudantes enquanto sujeitos coletivos.

No entanto, percebeu-se que no IFRO Campus Vilhena como em qualquer outro espaço de trabalho do assistente social há excesso de demanda e falta de profissionais. Assim, são diversos os desafios colocados ao Serviço Social neste recente campo de atuação.

Além da atribuição de seleção socioeconômica nos Programas de Assistência Estudantil, outros desafios constantemente fazem-se presentes no cotidiano de trabalho da profissão, a citar: a falta de recursos humanos para executar as ações com qualidade; a necessidade de superar o trabalho meramente burocrático, com ações mais abrangentes e multiprofissionais no atendimento às demandas de permanência; a falta de condições de trabalho que resguarde o sigilo profissional e; a luta pelo reconhecimento de sua jornada de trabalho de 30 horas semanais conforme lei que regulamenta a profissão.

Todos estes desafios têm, constantemente, impostos dilemas profissionais e éticos, para o Serviço Social no IFRO Campus Vilhena, porque não estão de acordo com os propósitos do projeto profissional de um Serviço Social defensor da justiça

social, da equidade, do reconhecimento dos direitos humanos e de outros princípios reconhecidos pelos estatutos profissionais.

4.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As ações assistenciais no IFRO Campus Vilhena é parte de um contexto histórica de lutas por democratização do ensino que culminou, ao longo da história da educação brasileira, na implantação da Assistência Estudantil nas instituições federais de ensino.

Atualmente o IFRO Campus Vilhena oferece aos estudantes, os seguintes Programas de Assistência Estudantil: Programa de Atenção à saúde e apoio ao ensino, pesquisa e extensão – PROSAPEX; Programa de Auxílio à Permanência – PROAP; Programa de Auxílio Moradia – PROMORE Programa de Auxílio Complementar – PROAC.

Sendo que de acordo com a Resolução nº23 CONSUP/IFRO 2018, os programas são executados da seguinte forma: PROSAPEX será desenvolvido por meio de projetos, ações e atividades, tais como: Ações de atenção à saúde e apoio biopsicossocial (inclui aquisição de órtese e prótese, pagamentos de consultas ou exames em caráter de urgência (que não possam ser atendidos pelo SUS), Ações de acompanhamento e suporte ao ensino Ações Pró-cidadania Ações de Incentivo a Atividades Esportivas e Lazer.

O PROAP será concedido ao estudante socioeconomicamente vulnerável matriculado nos cursos técnicos de nível médio e graduação do IFRO por meio de edital específico, considerando análise socioeconômica baseada nos critérios de concessão.

Já o PROMORE será concedido por meio de edital específico, considerando a análise socioeconômica baseada nos critérios de concessão, tendo em vista a especificidade do programa que está condicionada à comprovação de residência da família em zona rural ou localidade diferente do município sede do campus e entrega de Declaração de ser proveniente de outras localidades e de termo de responsabilidade dos pais ou responsáveis legais (para os estudantes menores de 18 anos).

E por último temos o PROAC que será concedido ao estudante socioeconomicamente vulnerável nas demandas não atendidas em outros programas de assistência estudantil que impliquem na permanência e conclusão no curso. A concessão se dá por meio de encaminhamento e/ou requerimento considerando a necessidade apresentada pelo estudante com base nos critérios de concessão.

Todos esses programas assistenciais são de transferência de renda, onde o assistente social do Campus atua verificando as situações de vulnerabilidade socioeconômica conforme preceitua a Resolução nº23 CONSUP/IFRO 2018:

Art. 17 Para o diagnóstico da vulnerabilidade socioeconômica do estudante serão considerados, no mínimo, os seguintes critérios: I. Renda de até um salário mínimo e meio por pessoa; II. Ser provenientes de escola pública; III. Doença crônica ou pessoa com deficiência no grupo familiar; IV. Bens patrimoniais do grupo familiar; V. Vulnerabilidades temporárias. **§ 1º** Compõe grupo familiar aqueles que moram e compartilham dos mesmos gastos e ganhos do grupo. **§ 2º** Vulnerabilidades temporárias caracterizam-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar. (RONDÔNIA, 2018).

Nesse contexto, o conhecimento do Serviço Social é um dos elementos que contribuem para a definição do perfil socioeconômico superando a análise puramente da renda per capita.

4.4 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

De acordo com o regimento interno do IFRO campus Vilhena (2016) a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), vinculada à Diretoria de Ensino, é o setor responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do campus, por meio de ações que favoreçam a permanência e êxito no processo de formação.

Logo percebemos que esta coordenação, com todas essas atribuições, é o local onde atua os profissionais da equipe multidisciplinar. Mas o que é equipe multidisciplinar? Para alguns autores equipe multidisciplinar pode ser definida como:

[...] um grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipe assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e resultados. (ZURRO; FERREROX e BAS, 1991, p. 29).

Nessa perspectiva, entende-se que a composição de uma equipe multidisciplinar é feita por profissionais de diversas áreas, ou seja, com formações acadêmicas diferentes e que trabalham em prol de um único objetivo. “O trabalho multiprofissional implica em responsabilidade, respeito aos demais profissionais, pois cada um realiza o seu trabalho pensando também no grupo, de forma que a equipe cresça, principalmente, na qualidade dos serviços prestados”. (BENTO, 2007).

No tocante as ações da equipe multidisciplinar no IFRO Campus Vilhena, a equipe multiprofissional, composta por assistente social, pedagoga, psicóloga, enfermeira, assistentes de alunos e assistente em administração, podemos perceber que há uma previsão legal conforme se vê no regimento interno do IFRO campus Vilhena, compete a Coordenação de Assistência ao Educando:

VIII Acompanhar e atender, em conjunto com setores competentes, discentes com dificuldades no processo de ensino e aprendizagem; IX. Atender a alunos e professores no que se refere a condutas e comportamentos no campus, por meio de orientações, aconselhamentos, instruções e encaminhamentos; X. Contribuir na prevenção de dificuldades que possam interferir no bom inter-relacionamento entre todos que integram a comunidade acadêmica, e intermediá-las, quando necessário; [...] XII coordenar as intervenções educacionais por meio de campanhas, projetos e ações realizadas pela equipe de atendimento multidisciplinar com apoio do Corpo Docente e setores envolvidos; planejar, executar e/ou auxiliar na execução de projetos e eventos que visem promover saúde, esporte, lazer e cultura entre os estudantes; XV. Estimular a participação dos pais e/ou responsáveis legais pelos discentes na vida acadêmica dos mesmos; XXIV. Promover projetos e ações sociais e educativas visando prevenir a evasão acadêmica e melhorar o rendimento escolar do discente, bem como sua formação para o exercício da cidadania e vida em sociedade; XXV. Participar do Conselho de Classe, oferecendo assessoria aos problemas identificados, no que diz respeito ao setor. (RONDÔNIA, 2018).

Para tanto, essas são algumas das ações prevista no regimento interno do IFRO Campus Vilhena para atuação da equipe multiprofissional, composta por profissionais com formação e qualificação específicas para atender esses tipos de demanda. Durante o estágio supervisionado em Serviço Social na Coordenação de Assistência ao Educando percebe-se que no contexto da equipe multidisciplinar,

que o profissional pedagogo orientador é um grande aliado ao psicólogo e ao assistente social, ou seja, em sua atuação o pedagogo orientador fornece subsídios para atuação dos demais profissionais, possibilitando o suprimento das necessidades dos indivíduos para que ocorra o desenvolvimento saudável e harmonioso no ambiente escolar. Nessa perspectiva,

O Pedagogo auxilia diretamente no processo ensino-aprendizagem, o Psicólogo dá a compreensão de como esse processo acontece e o entendimento comportamental do aluno, possibilitando um melhor desempenho do mesmo. Já o assistente social complementa o círculo à medida que abrange e esclarece o contexto social, fora da escola, no qual o educando está inserido, apontando as possíveis causas que prejudicam a aprendizagem e o caminho a ser trilhado para que tais obstáculos sejam ultrapassados. (SCHENEIDERCE; HERNANDORENA, 2012, p.9)

Desta forma, os profissionais envolvidos atribuem com as demandas educacionais em conjunto possibilitando resolver os possíveis problemas enfrentados pelos alunos em seu processo de aprendizagem. Segundo os autores Scheneiderce e Hernandorena (2012), quando há práticas interdisciplinares, no contexto escolar, as ações convergem para a construção de redes de apoio, tanto em sua dimensão afetiva (solidárias, familiar, etc.), como em sua dimensão social no que tange aos serviços socioassistenciais, como também os serviços das demais políticas públicas, auxiliando-os e colocando-os em condição de igualdade decisória, profissionais e usuários.

Nesse sentido, o Serviço Social como profissão interventiva e propositiva, tem muito a agregar na participação em equipe para instrumentalizar as famílias para que façam parte do processo de ensino-aprendizagem da criança, conseqüentemente, da realidade escolar dos estudantes. E o desenvolvimento do trabalho em equipe multidisciplinar é um dos meios apontados para atingir esse objetivo.

Observa-se que a equipe multidisciplinar tem procurado agir diretamente com o núcleo familiar, trazendo-os a participar da vida escolar de seus filhos, e esclarecendo-os sobre as entidades e programas sociais que estão à disposição dos cidadãos, visando à prática da cidadania, melhorando a qualidade de vida e garantindo a apropriação do conhecimento.

Deste modo, identifica-se nas escolas atualmente enfrenta desafios de fato na falta de profissionais na área de educação, sendo que o pedagogo orientador é um dos profissionais que estão inseridos nesses campos e não encontra a inserção da equipe multidisciplinar no contexto escolar, pois, na maioria das escolas não possui essa equipe, somente o pedagogo. Desta forma, a presença e atuação do psicólogo escolar e do assistente social no IFRO Campus Vilhena, o pedagogo tem a oportunidade para efetivar sua real função junto à comunidade escolar, quais sejam: se dedique à pesquisa, à orientação e suporte pedagógico.

Pois, na maioria das escolas públicas isso não acontece:

O trabalho do Pedagogo nas escolas públicas tem enfrentado inúmeros desafios para que se concretize. Esses profissionais, como professores fora da sala de aula, atendem a todo tipo de situação no cotidiano da escola, desde o atendimento aos pais, alunos, professores até a mediação de conflitos, o popular “apagar de incêndio”, o que faz com que o pedagógico, muitas vezes, fique relegado ao segundo plano. (PEREIRA; CZERNISZ, 2008, P. 2)

Desta forma, no contexto da equipe multidisciplinar do Campus Vilhena, é percebido que enquanto o pedagogo orientador atua no suporte pedagógico e orientação aos alunos e professor, facilitando o processo de ensino aprendizagem e quando esse percebe situações que foge a sua competência busca junto a outros profissionais as possíveis soluções.

Ao passo que o psicólogo escolar para elucidar, compreender e fazer compreender como se dá o desenvolvimento humano, especialmente junto aos a adolescente do campus, buscando evidenciar as possíveis causas do comportamento que interferem na não efetivação da aprendizagem ou em uma aprendizagem deficitária.

Não obstante, a atuação do assistente social, na equipe multidisciplinar do Campus Vilhena, é muito voltada para os programas de assistência estudantil de transferência de renda e tem sido bastante benéfica aos estudantes. Todavia, também busca atuar de forma a representar uma ponte de ligação entre escola e família, já que seu campo de trabalho engloba a rede de proteção à criança e adolescente, bem como, os caminhos para acesso aos programas sociais, suporte e esclarecimento sobre os direitos dos cidadãos, capacitando para o exercício da cidadania os indivíduos envolvidos no processo.

Um exemplo claro dessa atuação da equipe multidisciplinar que no início do ano letivo de 2019, observada no período de estágio supervisionado em Serviço Social no Campus Vilhena umas das tarefas que o supervisor de campo compartilhou foi à aplicação de um questionário interdisciplinar com os alunos ingressantes na instituição. Esse questionário foi construído em parceria com todos os profissionais, com a finalidade de identificar possíveis demandas para cada profissão, pois, continha perguntas relacionadas a questões socioeconômicas, pedagógica, a saúde em geral e a saúde mental.

Ao termino da aplicação do questionário o assistente social tabulou os dados e encaminhou as demandas encontradas para cada profissional e ao mesmo tempo procurou absorver aquilo que se referia a profissão de Serviço Social. Além dos encaminhamentos oriundos do referido questionário, o assistente social, também procede ao encaminhamento de demandas identificado durante o processo de seleção para recebimento de auxílios estudantis que são realizados utilizando os seguintes instrumentais: análise documental e entrevista.

Por fim, observa-se no campo de estágio que a relação com a teoria e a prática entende-se que a equipe multidisciplinar do IFRO Campus Vilhena está no caminho certo, entretanto, ainda falta muito para que essa equipe possa ter uma atuação efetiva. Pois, atuação em equipe requer mais planejamento, mais interface entre um profissional com o outro.

Talvez, seja preciso pensar na formação dessa equipe e definir a filosofia comum a ser adotada no trabalho, possibilitando espaço de diálogo e planejamento, pois, além de formação é necessário tempo conjunto de reflexão. A respeito disso, ao esclarecimento que:

[...] a formação de uma equipe multiprofissional exige alguns requisitos fundamentais para seu funcionamento, que envolvem: a) a formação individual de seus membros, b) a reflexão partilhada de suas práticas, c) a adaptabilidade, que corresponde a capacidade da equipe em unir seus conhecimentos sem sobreposição de convicções individuais; e, d) o sentido de identidade, que une o conhecimento do grupo, seu funcionamento e o empenho pessoal de cada um dos seus membros, pois ao contrário disso "[...] aumentam as dificuldades para o estabelecimento de uma relação eficaz entre profissionais provenientes de áreas de saber diferentes, o que origina intervenções parcelares ou justapostas". (GARCIA, 1994, p. 49).

Assim, a autora acima entende que o primeiro passo na direção dessa formação como por um processo de auto-análise que permita aos seus componentes identificar, analisar e buscar pela resolução de problemas internos do próprio grupo, a partir do cruzamento dos saberes específicos de cada área de conhecimento resultantes da formação profissional, dos saberes comuns (advindos das experiências e dos saberes qualificantes obtidos através da reflexão na ação e a partir dela. (GARCIA, 1994, p. 49).

Essa formação da identidade da equipe é essencial, ao ver, se mostra como alternativa para se abolir do vocabulário profissional, e percebe-se que constantemente no período de estágio, o termo “apagar incêndio”, o que acaba sendo um dos prejuízos que a equipe tem no cumprimento das atividades programadas.

Portanto, é preciso entender que a resolução de problemas escolares é a primeira meta da equipe multidisciplinar, no entanto, isso não pode significar apagar incêndios, solucionar emergências, atender alunos ou mesmo diagnosticar, pois o processo não se encaminha pelo viés remediativo, visto que, integra-se às demandas e dificuldades da escola, buscando soluções pelos seus próprios agentes, num processo mediado pelos especialistas que contribuem com conhecimentos especializados em direção a um problema educacional. (IBIAPINA, 2008, p.89).

Ou seja, a equipe multidisciplinar precisa atuar com planejamento constante para que se possa afinar as ideias e as intervenções conjuntas, buscando soluções para os problemas cotidianos na escola.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada nesse trabalho de conclusão de curso foi à bibliográfica, realizada através de levantamento bibliográfico baseada em livros, revistas, artigos, monografia e sites relacionados com o tema. Onde teve como lócus de pesquisas nas bases de dados Google acadêmico. Em ambas as plataformas foram utilizadas as palavras-chave: Serviço Social, Educação, Assistência Estudantil, Equipe multidisciplinar. O trabalho foi elaborado com as conclusões tiradas a partir dessas leituras. Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela que abrange toda a bibliografia em relação ao tema de estudo, tais como: monografias, revistas, livros, jornais, filmes, etc.

O método de abordagem dos dados foi o indutivo, pois, este método se caracteriza pelo processo pelo qual, o pesquisador por meio de um levantamento particular, chega a determinadas conclusões gerais, ou seja, parte-se do específico para o geral. Nada obstante a

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. (LAKATOS; MARCONI, 2007, p.56).

Desta forma, foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

- a) Artigos publicados no período de 1991 a 2015;
- b) Artigos em língua vernácula;
- c) Artigos na área de Serviço Social;

Os critérios de exclusão foram:

- a) Artigos de tese (doutorado);

Diante disso, a seleção dos estudos foi realizada em três etapas:

- 1ª etapa - leitura dos títulos;
- 2ª etapa - leitura dos resumos dos artigos;
- 3ª etapa - leitura da integra dos artigos;

Google acadêmico

Na pesquisa inicial, utilizando as palavras-chaves, foram encontrados artigos, utilizando os critérios de inclusão restou, 16 800 artigos, seguindo a primeira etapa que é a leitura de títulos restou 5 000 artigos. Aplicando a segunda etapa, leitura dos resumos, restou 1 200 artigos, já na terceira etapa foi realizada a leitura completa dos artigos, eliminando 1 167 artigos. Dos 23 artigos selecionados objetivaram embasamento da pesquisa.

Livros

Para os embasamentos foram utilizados livros sendo eles os principais: Serviço Social e filosofia: das origens de Araxá (onde objetivem relatos sobre o surgimento do Serviço Social); Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional onde se encontrou o agir modernizador da profissão e a Educação Escolar: políticas, estruturas e organização tratam-se das políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa sobre a perspectiva de atuação e desafios do profissional de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia de Rondônia campus – Vilhena nas políticas educacionais foi possível percorrer ao processo metodológico que permitiu compreender que o Serviço Social e a política de educação possuem afinidades de enfrentamentos das questões sociais, visto que, no ambiente escolar existem várias demandas a serem analisadas, não apenas demandas institucionais (internas), mas também demandas sociais que acontecem fora do ambiente escolar, que na maioria das vezes são trazidas, direta ou indiretamente, para dentro da escola.

E, o Serviço Social por ser uma profissão historicamente imbricada no bojo das questões sociais, oriundas da contradição das lutas de classes no contexto capitalista, é automaticamente chamado para intervir. Mesmo que tenha havido alguns ensaios desde da década de 1930 essa inserção se deu tardiamente na política de educação.

Percebeu-se que, os aspectos históricos da relação entre Educação e Serviço Social foram permeados de tensões constantes, as quais provocaram significativas mudanças nas ênfases e racionalidades políticas interventivas. Neste sentido, o viés abordado instiga novas investigações, no sentido de perceber as estratégias políticas que são mobilizadas por intermédio das políticas de educação.

A presente pesquisa ainda proporcionou abordar sobre o papel da escola frente às demandas de assistência estudantil entendendo em princípio que a escola se apresenta em um espaço onde ocorre a inserção social, pois trata-se de um local onde se tem indivíduos de todos os tipos de raça, cultura, crença, etc. Diante desse fato, foi percebido que a escola também pode influenciar na questão do ser social dos alunos. Ou seja, trata-se de uma via de mão dupla, onde não se atenta apenas para o conhecimento em si, mas também está presente quanto se trata do social.

Nessa perspectiva, o papel da escola deve ir além, pois diante da necessidade de efetiva democratização do ensino, faz-se necessária uma nova escola, que de fato contemple a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero, presente em nossa sociedade. Haja vista, que as novas demandas sociais exigem

da escola novas funções, novos papéis, que podem ser contemplados à medida que instrução e formação se articulam.

Por essa e outras razões, que se torna imprescindível à atuação do assistente social na educação. Pois, este é o profissional propulsor para que haja essa ebulição no processo de democratização da escola, na contramare do ideário neoliberal, em que a participação, como categoria social, é o eixo fundamental para a construção de uma nova proposta do papel da escola, do ensino e da educação.

Discorrendo especificamente sobre a atuação do assistente social no IFRO Campus Vilhena, nos remete a atuação na política assistência estudantil, especificamente na gestão dos programas assistências e que muitas vezes o profissional fica limitado a essa gestão não conseguindo fazer outras intervenções inerentes a profissão.

No entanto essa gestão que o assistente social faz dos recursos dos programas é muito importante, pois, esses recursos, se deixado para aplicação da direção, a bel prazer, comumente são usados para outras finalidades menos importante que os auxílios têm na vida escolar dos estudantes. Assim, ainda que a burocracia administrativa trava a atuação do assistente social no IFRO Campus Vilhena, é preferível que este profissional seja o gestor, pela sua bagagem teórica de defesa dos direitos sociais.

Sendo assim, a atuação do assistente social no contexto escolar do IFRO campus Vilhena, a partir da perspectiva de democratização da educação, contribui para a efetivação de uma gestão escolar, que seja de fato plena e atenda o aluno na sua integralidade.

Para a efetivação de uma política de educação emancipatória sugere-se a inserção de mais profissionais de Serviço social no IFRO Campus Vilhena, para que possa não só atender as demandas dos programas de assistência estudantil, mas também fazer outros tipos de intervenções com equipe multidisciplinar. Pois, esse estudo evidenciou que o trabalho em equipe é muito mais do que trabalhar no mesmo ambiente e vivenciar as mesmas problemáticas.

Em verdade, a equipe multidisciplinar terá, dentre suas funções, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, objetivando atuar nessas questões preventivamente, de forma a saná-las ou atenuá-las.

Portanto, a equipe multidisciplinar do IFRO Campus Vilhena, para além das suas atividades já desenvolvidas, precisa de uma busca constante por formação, com o intuito de mostrar a sociedade que a sua atuação é necessária para proporcionar uma educação de boa qualidade, e formar cidadãos autônomos e reconhecedores dos seus direitos. Visando não apenas os aspectos econômicos do país, e sim, na mudança e transformação do ser humano capitalista, tornando o um ser social, crítico, e reflexivo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético político**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XXV, n. 79, 2004.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Educação pública e serviço social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 63, 2000.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AVILLA, Ana Lúcia Fiuza da Silva. **Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro e o trabalho profissional**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. São Paulo: Rideel, 2009.

_____. **Diretrizes Curriculares para educação profissional e tecnológica**. Brasília, MEC, 2010. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?gid=6691&option=com_docman> Acesso em 15 de junho de 2019

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, Documento Base**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acessado dia 20/08/2019

_____. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Parecer 16/99. Brasília, 1999.

_____. **Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil, De 10 De Novembro De 1937** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

_____. **Decreto nº 2.208/97, de 17 de abril de 1997**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1997.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético político do Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 79, 2004.

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educ.Soc., Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

BENTO, Ana Maria de O. **Percepção da equipe multidisciplinar frente à função do pedagogo numa escola de educação especial**. 2007. Disponível em <http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Ana%20Maria%20-%20Final.pdf>>. Acesso 12 de agosto de 2019.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papyrus, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais). **Teorização do Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CFESS. Serviço Social na Educação. **GT Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS/ CRESS, 2001.

_____. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. GT Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS/CRESS, 2011.

GARCIA, M. A. de A. G. **Multiprofissionalismo e intervenção educativa: as escolas, os projetos e as equipas**. Lisboa: Asa, 1994.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferenças presentes na escola**. 1999. Artigo publicado no site: www.mulheresnegras.org/nilma. Acesso em: 22/09/2019.

GUILHERME, Maria Teresa. **Serviço Social escolar**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1945.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11^o ed. São Paulo: Cortez: 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBIAPINA, I. M. L. de M. **Pesquisa colaborativa, investigação, formação e produção de conhecimentos**. São Paulo: Liber Livros, 2008.

KRAWCZYK, Nora. **A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil**. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, n. 12, jul./dez. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**. In: *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, V. 8 N. 1, 1999.

MOREIRA, Antônio F. B; CANDAU, V. M^a. **Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos**. *Revista Brasileira de Educação*, n.23, 2003.

NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético- Políticos do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete. *SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE formação e trabalho profissional*. (orgs), - 4ed. – São Paulo. Cortez, 2009.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. **Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 83, 2005.

NOGUEIRA, V. M. R; MIOTO, R. C. T. **Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os assistentes sociais**. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, 2006.

OLIVEIRA, J. C; BARBOSA, Altemir J. G. **Bullying entre estudantes com e sem características de dotação e talento**. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 25, n. 4, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000400014&lng=pt&nrm=iso

PEREIRA, L. C.; CZERNISZ, E. C da S. **O trabalho do pedagogo na escola pública: frente à avaliação, ao ensino noturno e a educação profissional**. *Gestão Escolar, Dia a Dia*, Curitiba, 2008. Disponível em: . Acesso em: 27 set. 2019.

RAICHELLIS, Raquel. **O serviço social no Brasil**. Disponível em: www.cfess.org.br/pdf/raquel_agenda2006.pdf. Acesso em: 23 Set. 2019

RONDÔNIA. **Resolução no 23/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018.** Dispõe sobre a organização e regulamentação dos programas de Assistência Estudantil do IFRO. Disponível em:

<http://ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=995&Itemid=11>. Acesso em: 25 set. 2019.

SANTOS, et al. **A inserção do Serviço Social na política de educação na perspectiva do conjunto CFESS/Cress:** elementos históricos e desafios para a categoria profissional. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012.

SCHNEIDER, G. M; HERNANDORENA, M^a. do Carmo A. **Serviço social na educação:** perspectivas e possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012.

SILVA, Joelma O. da; RISTUM, Marilena. **A violência escolar no contexto de privação de liberdade.** Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 30, n. 2, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932010000200002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 22 de set de 2019.

SMITH, P. K. **Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la.** In E. Debarbieux & C. Blaya (Eds.), Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília, DF: Unesco, 2002.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Revista Emancipação, Paraná, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/>. Acesso em: 5 Out. 2019

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e educação:** uma questão em debate. Interface, Natal, v. 2, n. 1, jan./jun. 2005.

TOSTA, M. C. **Síndrome de alienação parental:** a criança, a família e a lei. [2013]. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/marina_tosta.pdf >. Acesso em 20 de setembro de 2019.

VIERA, A. et al. **A educação como meio de inclusão social.** Rev. Triang.: Ens. Pesq. Ext. Uberaba – MG, v.3. n.2, p. 148-162, jul./dez. 2010.

ZURRO, A. M; FERREROX, P.; BAS, C. S. **A equipe de cuidados de saúde primários:** manual de cuidados primários. Lisboa: Farmapress, 1991.